



A complexa tarefa de desenvolver localmente

Litoral Norte
O fortalecimento da educação é apontado como aspecto importante para o crescimento regional

O litoral norte do Rio Grande do Sul faz parte do Bioma Mata Atlântica, constituindo-se um território diversificado, banhado pelo mar, com lagoas, morros e a predominância de formações florestais, dividindo o espaço com a agricultura tradicional e orgânica. Entre os cultivos, com 12 mil hectares concentrados em Mampituba, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, a produção de banana é a maior no estado.

Os municípios são majoritariamente rurais, como Dom Pedro de Alcântara, Carará e Mampituba, enquanto outros são quase 100% urbanos. É o caso de Capão da Canoa, Tramandaí e Xangri-lá. Estes se definem fortemente pela economia do veraneio, vivendo da sazonalidade da alta temporada e de eventos pontuais fora da estação. Assim, é um território economicamente baseado em serviços e um dos polos da agroecologia do estado.

Para a professora do Programa em Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS Luciana Leite Lima, o desenvolvimento de uma região é um conceito amplo e complexo, que implica as potencialidades de um território, resultando na melhoria da vida das pessoas, mas vai muito além do âmbito econômico: “O objetivo é responder aos

problemas públicos percebidos pelos agentes sociais e promover melhorias no bem-estar da população. Assim, de forma geral, o desenvolvimento está vinculado à ideia de melhorar uma situação percebida como indesejável. Por isso, a procura é por um processo de mudança social, mas isso é muito difícil de ser alcançado porque requer organização política e social”, considera a professora.

Carente em fatores que impulsionem uma economia industrial, mesmo porque o solo e o ambiente não são propícios, o fortalecimento da educação é um dos aspectos que tende a ser o propulsor do desenvolvimento no litoral. Por outro lado, a população da região está envelhecendo, uma vez que, por conta da pouca diversificação das oportunidades de trabalho, os jovens estão indo embora. “Um dos problemas é pensar no litoral norte como uma região apenas para o verão como fonte de renda e trabalho. Outro desafio é reunir os atores sociais da região para gerar desenvolvimento, por meio da construção de um projeto como um norte, um caminho comum para a região. Atravessar as barreiras da fragmentação de projetos municipais e da visão de veraneio está entre as grandes metas”, destaca a professora do Departamento

Interdisciplinar do Câmpus Litoral Norte da UFRGS Anelise Rambo.

A professora Marlise Dal Forno, coordenadora do bacharelado em desenvolvimento regional do Câmpus Litoral, destaca que a região tem uma composição populacional diversa. Segundo a docente, essa diversidade foi fundamental para a escolha do território para instalar um Câmpus. “É a região mais pobre do estado em termos de desenvolvimento e é um pouco cultural viver do veraneio. Porém, também é um território com atividade rural intensa. Há comunidades tradicionais, como caiçaras, artesãos e agricultores familiares. Em termos de desenvolvimento, não vejo outra forma que não seja local, pelo aporte de agroindústrias com o melhoramento da gestão e das práticas, por exemplo”, enfatiza. Em setembro, o Câmpus Litoral Norte completa quatro anos de atuação no ensino superior da região em que há também a presença de outras universidades públicas e privadas. Como forma de contribuir para a reflexão sobre as demandas locais com vistas ao desenvolvimento regional, a equipe do JU conversou com gestores e representantes de órgãos públicos, assim como com professores e alunos do Câmpus Litoral.

Educação para **tran**



André Pereira Fontoura, funcionário técnico da Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes Neto, mais conhecida como Escola Rural de Osório, caminha pelo terreno do colégio – que mais parece um grande sítio às margens da BR 101 – como quem anda pelo quintal de casa, identificando plantas pouco tradicionais para a jardinagem. Ele estuda plantas alimentícias não convencionais para o trabalho de conclusão da Licenciatura em Educação do Campo da UFRGS.

“Encontrei um universo a ser descoberto com as plantas que, em geral, são consideradas inço pelos agricultores. Há comida em toda a parte, mas as pessoas não sabem como aproveitá-las. Elas ainda fazem um papel de proteção para os cultivos da nossa horta”, diz mostrando uma taioba roxa que ao olhar do desavisado se parece com uma planta qualquer da Mata Atlântica.

Na horta, cultivada por ele e por Leandro Schaeffer de Carvalho, também aluno do Câmpus Litoral e funcionário técnico da escola, saltam aos olhos alfaces, temperos e couves. A produção orgânica se inscreve na rotina de aprendizado dos alunos dos cursos técnico em agropecuária e meio ambiente, sendo que boa parte deles também têm seus próprios cantinhos para o cultivo de hortaliças para as aulas práticas.

Natural de Palmeira das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul, onde fez curso de técnico em agropecuária, André aprofundou a cultura da agricultura tradicional quando viveu durante dois anos em Minas Gerais, trabalhando em uma grande fazenda de plantação de soja e milho. Quando retornou ao Estado e começou a trabalhar na escola, entrou em contato com a agricultura orgânica. “Quando vim

para cá, me deparei com a encruzilhada: ou entro de vez em um tipo de cultivo mais sustentável ou volto para a agricultura tradicional. A escolha foi pela primeira opção e foi o que me levou a fazer o curso de Educação do Campo da UFRGS. Depois pretendo seguir na linha da produção integrada com a sustentabilidade”, ressalta.

A escola é uma das 26 rurais do estado e a única a oferecer ensino médio. De acordo com a diretora Angelita Rocha, desde 2006 iniciaram-se as atividades de Técnico em Meio Ambiente. “Os cursos técnicos vivem momentos de incentivo e recuo de acordo com o governo vigente no Rio Grande do Sul. Lá em 1999, quando fizemos uma formação ambiental, era um período de incentivo. Estávamos com diminuição de procura pelo técnico agropecuário. Houve também um boom de legislações na área ambiental e as prefeituras começaram a

contratar, assim como surgiram mais consultorias na área. Então, percebemos que havia público”, considera.

Cerca de 60% dos alunos do ensino médio são de outras cidades do litoral norte, de Capivari do Sul a Torres. Entre os estudantes dos cursos técnicos, mais de 70% são de outros municípios, incluindo regiões para além do litoral. Alguns destes ficam em internatos. O professor de Biologia Eduardo Ruppenthal destaca que parte desses alunos pode resolver ficar na região litorânea por conta da oferta de vagas em ensino superior e também por alternativas como a agricultura orgânica. “Mesmo que ainda haja uma organização incipiente, os agricultores estão se articulando, e os jovens podem escolher ficar aqui se quiserem seguir no caminho agroecológico. O potencial do litoral norte é enorme”, enfatiza Eduardo.

sformar

Oportunidades e impasses locais

Em termos de educação, a região norte-litorânea do estado apresenta problemas no que se refere às taxas de matrícula na pré-escola e no ensino médio, assim como no desempenho dos alunos do ensino fundamental na Prova Brasil. Nas séries finais do ensino fundamental, o número de matriculados que obtiveram aprendizado acima do nível considerado adequado em Língua Portuguesa ficou em 35,1% em 2013. Na avaliação seguinte, de 2015, passou para 36%. Em Matemática, somente 17,8% dos estudantes obtiveram rendimento acima do mínimo em 2015 – uma diminuição em relação à prova anterior, que registrou 19,8% para o mesmo indicador.

Os padrões não são muito distintos do restante do Estado, argumenta a professora Liane Freitas, que está à frente da 11.ª Coordenadoria de Educação. A pedagoga chama a atenção ainda para o fato da sazonalidade na região, que também causa impacto no número de vagas e na avaliação geral dos estudantes. “Muitos alunos provenientes de outras regiões chegam à rede, mas não permanecem. Os pais se mudam no verão para a praia em busca de trabalho, mas acaba a temporada e percebem que não conseguirão outro emprego. Então, seguem para outro lugar”, ressalta.

Além disso, segundo Liane, o trabalho sazonal dos próprios alunos também interfere em termos de evasão escolar ou reprovação. Não se trata de estudantes que trabalham durante o ano inteiro, mas com o início da temporada em novembro, muitos acabam abandonando os

estudos ou tendo rendimento muito abaixo do esperado.

A jovem Anaísa Garcia Gomes, de 17 anos, está entre os estudantes que se apaixonaram pela “onda verde” dos orgânicos e se formou no Técnico em Meio Ambiente da Escola Rural de Osório. Apaixonada pela área, ela pretende permanecer na região e trabalhar na cidade. “A mistura de paisagens, a presença de uma área de preservação ambiental (APA), a fragilidade do meio lacustre e do mar podem render muito, especialmente em consultoria ambiental, onde já fiz um estágio. O litoral tem muito a ser explorado de forma racional”, destaca.

A estudante pensa em fazer vestibular para Biologia Marinha, disponível no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) em convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), mas também almeja cursar Engenharia Florestal na Universidade. Para isso, teria de sair da terra natal, caminho trilhado por muitos jovens que cresceram em cidades litorâneas. Questionada sobre o Câmpus Litoral Norte da UFRGS, que também oferece opções com foco no ambiente da região, ela reconhece não ser a primeira alternativa. “Conheço algumas pessoas que estão estudando no Câmpus, mas acho que é ainda pouco procurado. Creio que a própria dinâmica dos cursos mais novos, um pouco desconhecidos do pessoal daqui, faz com que a procura seja menor. Tem muita gente que acaba indo embora da praia; isso é um movimento bem normal”.

Um câmpus a ser explorado

Instalado em Tramandaí há quatro anos, o Câmpus Litoral Norte tem uma proposta diferente dos cursos tradicionais de graduação. O ingresso se faz por meio do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT), que tem três anos de duração. O bacharelado permite o trânsito do estudante por áreas de interesse, como as Humanas, Tecnológicas e Interdisciplinares.

Após a formação mais abrangente, o estudante pode escolher uma terminalidade, um curso, também de graduação, mais voltado para o mercado. A escolha pode se dar entre Desenvolvimento Regional, Engenharia de Gestão de Energia, Engenharia de Serviços e Licenciatura em Geografia.

Há ainda o curso de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores por área de conhecimento, organizado por uma matriz curricular associada à Pedagogia da Alternância, mesclando tempo na Universidade e período de estudos na comunidade do aluno. Além disso, a mais recente oferta de graduações diz respeito aos cursos de Ciências

Sociais, Geografia e Pedagogia via ensino a distância. O Câmpus Litoral ainda oferece mestrado em Física, voltado para a formação de professores do ensino na rede pública.

No Rio Grande do Sul, o bacharelado interdisciplinar é o primeiro, e não existe ainda uma cultura solidificada de ensino interdisciplinar nas universidades públicas ou privadas. “É uma proposta de formação, mas não de profissionalização. As nossas dificuldades são as mesmas que outras universidades já tiveram em outros estados, mas a UFABC (Universidade Federal do ABC), por exemplo, vem tendo sucesso”, considera o coordenador acadêmico do Câmpus Litoral Norte, Ronaldo Waschburger.

Há, no entanto, diversas vantagens de acordo com o professor. Em geral, muitas pessoas ingressam no ensino superior sem saber exatamente o que esperar do curso. No bacharelado, considera Waschburger, a grande vantagem é ir direcionando a carreira de acordo com a possibilidade de conhecer melhor o que se vai fazer mais adiante. Outra vantagem é a

concorrência mais bem distribuída, considerando que um bom candidato pode não entrar em um curso muito concorrido. O aluno pode traçar um perfil próprio de disciplinas e, com a terminalidade, ficará mais direcionado ao que pretende atuar. “O ensino interdisciplinar tem relação com o mundo do trabalho porque as pessoas não trabalham mais sozinhas, mas em equipes”, resume.

Anualmente, inscreve-se menos de um candidato para cada uma das 180 vagas ofertadas. Ou seja, no momento, há mais oferta do que demanda de estudantes por uma cadeira na universidade pública. Engenharias de Gestão de Energia e de Serviços têm maior procura, enquanto outros cursos, como o de Geografia de Desenvolvimento Regional, têm interesse menor.

No momento, o foco primordial é a maior divulgação dos cursos ofertados, de acordo com o coordenador acadêmico. Visitas a escolas do litoral norte estão sendo realizadas com esse objetivo. “Recebemos informações sobre os públicos e divulgamos

ao mesmo tempo. Não é uma questão de sobrevivência, mas de bom aproveitamento dos recursos públicos. É claro que o crescimento natural e o preenchimento das vagas vão ocorrer, mas é importante aproveitar os recursos humanos e a estrutura estabelecida aqui na praia.”

Um grupo de servidores discute internamente formas para mudar a realidade da baixa procura pelas vagas ofertadas no Câmpus Litoral Norte. O professor Ronaldo ressalta que é difícil ter acesso aos evadidos e saber as razões para o abandono do curso. No entanto, o grupo de docentes sabe que os alunos querem oferta das graduações em um único turno, não necessariamente à noite, para que eles tenham a oportunidade de estudar e trabalhar. Até o momento, foi possível disponibilizar as disciplinas das terminalidades no turno da noite. “Estamos trabalhando na reformulação do currículo, estudando as disciplinas e os pré-requisitos para oferecer o bacharelado interdisciplinar em um turno. O impacto direto será uma duração maior do curso”, considera.

Carência de serviços essenciais

“Nosso papel como Universidade é chegar para agregar o debate, ajudar a formar os interessados no desenvolvimento regional, promover o diálogo com os atores sociais das comunidades.”

Anelise Rambo

A falta de articulação na formulação e execução de políticas públicas e nos projetos é um dos principais fatores para que o desenvolvimento regional seja apenas uma meta, e não uma prática concreta. A professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS Luciana Leite Lima ressalta que a estrutura do Estado contribui para a fragmentação setorial. “Cada problema é encaminhado por uma estrutura burocrática setorial que percebe a situação de uma forma muito limitada. O desenvolvimento coloca em xeque essa forma de fazer política, pois exige uma percepção multidimensional dos problemas. Assim, exige integração e coordenação das políticas públicas em torno de sua efetividade.”

Nesse sentido, o saneamento básico é um dos temas vitais para articular saúde e bem-estar da população com o cuidado ao meio ambiente. Entretanto, esse é um dos principais problemas ligados ao uso da água e ao tratamento de rejeitos na região litorânea no diz respeito à qualidade dos mananciais e à balneabilidade das praias, principalmente nos meses de verão, quando a população, em alguns casos, chega a quadruplicar. O lançamento de esgoto doméstico sem tratamento nos corpos hídricos da região e no mar contribui para a degradação das fontes de água e acaba por contaminar as praias, locais de contato direto com a população.

De acordo com o último censo demográfico do IBGE, 62,5% dos domicílios do litoral estão conectados à rede geral de água – percentual abaixo das médias no estado e no país. Dentre os municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Litoral, ainda há discrepâncias maiores. Conforme o relatório da Secretaria Estadual do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que estas variam de 24,5% em cidades como Mostardas, por exemplo, a 95,9% em Imbé, o que mostra um abismo na prestação de um serviço essencial.

O nível de universalização dos sistemas de esgotos no litoral é muito desigual. Mesmo nos municípios em que há redes mais organizadas, o nível de resíduos domésticos liberados sem qualquer tratamento é elevado. Conforme dados da Corsan, cidades como Capão da Canoa e Torres tratam 60% do esgoto. Em Tramandaí, as ligações em redes de esgotamento caem para 29%, enquanto em cidades como Imbé e Osório caem para zero.

Caso jurídico – O caso de Osório é uma batalha judicial antiga com o município vizinho, Santo Antônio da Patrulha. Concluída desde 2014, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Osório está sob os efeitos do tempo, sem utilização.

O Ministério Público em Santo Antônio ajuizou ação civil pública contra Osório e a Corsan por falta de estudo de impacto ambiental.

O temor é que a operação da estação comprometa o corpo hídrico da Lagoa dos Barros, já que a estação de tratamento foi construída junto ao lago que banha os dois municípios. “Acreditamos que toda obra que tem como objetivo tratar o esgoto, beneficiando ou não o vizinho, é importante porque é indicadora também de preservação ambiental. Mas o fato é que não sabemos qual será o impacto sobre o meio ambiente de Santo Antônio da Patrulha. Eles não respeitaram a legislação ambiental e, obviamente, isso é cobrado de qualquer ente que vá construir um empreendimento com impacto ambiental. Conforme os relatos presentes no processo, a prefeitura ficou sabendo quando a ETE já estava em andamento”, considera a promotora Graziela da Rocha Velela.

No final do ano passado, a 2.^a Vara de Santo Antônio da Patrulha proferiu sentença permitindo que a estação opere mediante o cumprimento de alguns pré-requisitos. Então, a juíza Sandra Regina Moreira determinou que fosse formada uma equipe técnica, que sejam colhidas amostras de água da Lagoa dos Barros periodicamente e que sejam emitidos relatórios constantemente. Dessa forma, a Corsan inauguraria a ETE em junho, mas uma nova decisão judicial manteve a estação inoperante.

O município de Santo Antônio da Patrulha ingressou com recurso junto ao Tribunal de Justiça. Assim, uma liminar suspende os efeitos da sentença. O prefeito de Osório, Eduardo Abraão, repudia o imbróglio. “É um prejuízo muito grande porque há uma questão ambiental fundamental que é deixada de lado. Enquanto essa estação está paralisada, todo o esgoto de Osório está poluindo a Lagoa do Marcelino, que acaba escoando para outras lagoas e chega ao mar. Um estudo encomendado pela Corsan, fundamental para a sentença favorável pela operação da ETE, mostrou que o impacto ambiental do recebimento do resíduo do esgoto tratado de Osório é imensamente menor do que colocar o esgoto in natura diretamente em uma lagoa no centro de Osório. Essa situação é o cúmulo do absurdo”, critica. Não há prazo para que o Tribunal de Justiça emita sentença confirmando ou modificando a sentença de primeiro grau.

Gargalo – O secretário de Desenvolvimento, Turismo e Planejamento de Osório, Rossano Teixeira, também lamenta a morosidade na liberação do uso da estação de tratamento e compara com a liberação de licenças para empreendimentos

imobiliários na região. “Ninguém prega que não se tenha desenvolvimento sustentável. Não queremos fazer como Santa Catarina, que estragou demais, porém nem ao céu nem à terra. Nossos técnicos do meio ambiente e o ministério público são muito rígidos, é uma questão até ideológica. Num determinado local da cidade, há uma figueira, e um empresário pretendia construir um edifício, o que geraria imposto e empregos durante a construção. A área ambiental barrou, sendo que existe uma legislação que permite a transplantação da árvore para outro local”, considera.

Já a promotora Graziela entende que, quando possível, sempre é viável chegar a um meio termo. “O reflexo de um meio ambiente que a gente não cuida não vem para nós, mas para nossos filhos, netos e bisnetos. A regulamentação do ambiente existe para ser seguida, mesmo que esteja sempre sendo alvo de ataques. Temos instrumentos legais para nos preocuparmos com a preservação do meio ambiente e também com o desenvolvimento econômico”.

O político diz que o problema é conciliar espaços onde estão as árvores e o crescimento das cidades. Rossano ainda utiliza exemplos de locais de preservação ambiental em que são instaladas ocupações, mesmo que os moradores corram risco em áreas de encostas ou margens de rios e lagoas.

Em lugar do enfrentamento de interesses, a concertação entre prefeituras, ONGs, agricultores, pescadores, ambientalistas, moradores das cidades e empresários é a chave para o desenvolvimento sustentável da região, destaca a coordenadora substituta da Comissão de Graduação do curso de Desenvolvimento Regional, Anelise Rambo. A professora aponta que o litoral norte poderia se espelhar na região noroeste do estado, onde o cooperativismo é extremamente forte, agregando jovens que ainda têm o desejo de permanecer no campo e empreender, da mesma forma que universidades foram levadas para a região por conta da organização da comunidade.

“O litoral norte é uma das regiões mais empobrecidas do Estado, por outro lado, tem grandes e variadas potencialidades a serem fomentadas. Até mesmo a localização da região é estratégica. É próxima à capital e é de fácil acesso, via Freeway e BR 101, mais bem localizada, se comparada à Serra, por exemplo, outra importante região turística do Estado. Nosso papel como Universidade é chegar para agregar o debate, ajudar a formar os interessados no desenvolvimento regional, promover o diálogo com os atores sociais da comunidade. Não chegamos para ensinar. As pessoas aqui sabem quais são suas necessidades”, finaliza.